

**Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro**

# Critérios de avaliação 2017-2018

## 1ºCiclo

## INTRODUÇÃO

1. A avaliação dos alunos do 1º ao 9º ano de escolaridade é regulada pelo **Despacho normativo n.º 1-F/2016**, de 5 de abril de 2016

### REFERÊNCIAS LEGAIS PARA O ENSINO BÁSICO

**LEI Nº85/2009** (escolaridade obrigatória e universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade).

**Decreto-Lei n.º 176/2012**, de 2 de agosto (O presente diploma regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

**DL Nº3/2008** (educação especial)

**LEI N.º 51/2012**, de 5 de Setembro (Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação)

**Decreto-Lei nº 139/2012**, de 5 de julho (estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário).

**Decreto-Lei nº91/2013**, de 10 de julho (procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário).

**Decreto-Lei nº176/2014**, de 12 de dezembro - O presente decreto-lei procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 27/2006, de 10 de fevereiro, à segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto -Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, e à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, determinando a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade, bem como à definição da habilitação profissional para lecionar Inglês no 1.º ciclo e à criação de um novo grupo de recrutamento.

**Decreto-Lei n.º 17/2016**, de 4 de abril – o presente decreto procede à terceira alteração ao Decreto -Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, redefine os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, afirmando a dimensão eminentemente formativa da avaliação, que se quer integrada e indutora de melhorias no ensino e na aprendizagem.

**Despacho normativo n.º 1-F/2016**, de 5 de abril de 2016 -O presente despacho normativo regulamenta este novo regime de avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos do ensino básico.

## Modalidades de Avaliação

**Avaliação Diagnóstica** - A avaliação diagnóstica responde à necessidade de obtenção de elementos para a fundamentação do processo de ensino e de aprendizagem e visa a facilitação da integração escolar e a orientação escolar e vocacional.

No desenvolvimento da avaliação diagnóstica deve ser valorizada a intervenção de docentes dos diferentes ciclos e recolhidas e mobilizadas informações que permitam a definição de planos didáticos e a adoção de estratégias adequadas às necessidades específicas dos alunos.

**Avaliação Formativa** – A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico e secundário, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, aos encarregados de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho. A avaliação formativa é da responsabilidade de cada professor, em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, designadamente no âmbito dos órgãos coletivos que concebem e gerem o respetivo plano de turma e, ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados. Compete ao diretor, sob proposta do professor titular, no 1º ciclo, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes na escola ou agrupamento com visto a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos. Compete ao Conselho pedagógico apoiar e acompanhar o processo definido anteriormente.

Os parâmetros de avaliação, nos diferentes ciclos, devem incidir nos seguintes domínios de aprendizagens:

- domínio cognitivo (conhecimentos e capacidades);
- domínio sócio afetivo (atitudes e valores)
- domínio psicomotor (capacidades e aptidões)

Como forma de uniformizar as nomenclaturas a utilizar na avaliação qualitativa, adotam-se as seguintes escalas entre esta e a avaliação quantitativa:

Apreciação quantitativa	Apreciação qualitativa
0 – 19	Insuficiente
20 – 49	
50 – 69	Suficiente
70 – 89	Bom
90 - 100	Muito Bom

### **Avaliação sumativa**

- 1 — A avaliação sumativa consubstancia um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos.
- 2 — A avaliação sumativa traduz a necessidade de, no final de cada período escolar, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens.
- 3 — Esta modalidade de avaliação traduz ainda a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno.
- 4 — A coordenação do processo de tomada de decisão relativa à avaliação sumativa, garantindo a sua natureza globalizante e o respeito pelos critérios de avaliação referidos no artigo 7.º, compete:
  - a) No 1.º ciclo, ao professor titular de turma;

### **Expressão da avaliação sumativa**

- 1 — No 1.º ciclo do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa materializa -se na atribuição de uma menção qualitativa de **Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente**, em todas as disciplinas, sendo acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação.
- 2 — No caso do 1.º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa pode expressar -se apenas de forma descritiva em todas as componentes do currículo, nos 1.º e 2.º períodos.
- 3 — A expressão dos resultados da avaliação dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, na redação atual, obedece ao disposto nos números anteriores, de acordo com a especificidade do currículo do aluno.
- 4 — A ficha de registo de avaliação, que reúne as informações sobre as aprendizagens no final de cada período letivo, deve ser apresentada aos encarregados de educação, sempre que possível em reunião presencial, por forma a garantir a partilha de informação e o acompanhamento do aluno.

As avaliações dos 1º, 2º e 3º períodos têm o peso de 1/3 respetivamente.